

As araucárias e o bê-á-bá: aspectos ambientais do Meio-Oeste catarinense e a constituição da escola local (1930-1960)

Claudiomar Andrades*

Resumo

Por intermédio de uma análise que parte da década de 1930, este trabalho busca recuperar alguns aspectos que envolviam os recursos naturais na área situada entre o Médio e o Extremo-Oeste catarinense e as atividades de exploração que se constituíram. Para a exploração da área limítrofe entre os antigos municípios de Chapecó e Joaçaba, introduziu-se nesse espaço uma povoação e atividades econômicas com novas características. A instalação da descendência italiana do Rio Grande do Sul tomava lugar em meio à antiga habitação cabocla. Em algumas décadas, intensificaram-se as alterações da composição natural desse espaço, sobretudo com as atividades extrativas implantadas em meados do século XX. A análise utilizou as memórias registradas por uma parcela da população ligada ao contexto inicial do ensino, ou de sua descendência e documentos da época. Em meados do século XX, o Oeste catarinense acusava reflexos do processo ocorrido no Brasil nas décadas anteriores, com as transformações da passagem de um modelo agrário para uma projeção crescente de um processo urbano-industrial. O modelo de produção em curso no Meio-Oeste catarinense passou a modificar intensamente a paisagem anterior, e a extração vegetal era suporte para as atividades econômicas implantadas, o estabelecimento dos grupos sociais e, por decorrência, dos espaços de ensino, ainda que de forma incipiente. Aliada a essa possibilidade de exaustão das espécies naturais, as representações negativas das florestas oestinas permaneceram como importante substrato para ininterruptas atividades extrativas até o final do século XX.

Palavras-chave: Meio ambiente. Constituição da escola. Meio-Oeste catarinense.

* Mestre em Educação do Programa de Pós-graduação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc Campus de Joaçaba; daponte@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta parte dos resultados da investigação realizada durante o Curso de Mestrado em Educação na Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc *Campus* de Joaçaba, concluído no segundo semestre de 2006.

A preocupação específica nesta pesquisa é o relato, articulado com uma análise, do processo de constituição da escola com as experiências históricas de utilização dos recursos naturais, vivenciadas pela população que ocupou a antiga Fazenda Ressaca. Esse espaço, entre o Médio e Extremo-Oeste catarinense, formava antiga concessão de terras entre Paraná e Santa Catarina, no final do século XIX e início do XX; tratava-se de área de 46.000 hectares. (JOAÇABA, 1925). A abrangência da posterior ocupação originou a configuração da área do município de Ponte Serrada, quando da separação de Joaçaba.

Essa investigação, desde a perspectiva dos protagonistas da organização da escola por habitantes instalados na região, onde existiam somente florestas até a década de 1930, procura contribuir para a compreensão de duas importantes dimensões integrantes do contexto histórico do Meio-Oeste catarinense. Naquele período, enquanto ocorria a progressiva instalação da população, estabeleceram-se, também, as condições para o desenvolvimento de atividades que utilizavam os recursos naturais disponíveis para gerar riqueza, e a disponibilidade vegetal era um forte atrativo, capaz de proporcionar rentabilidade aos negócios instalados na região.

Para concretizar esta pesquisa, teve importância fundamental a perspectiva dos registros históricos contidos nas memórias da população local sobre a exploração extrativista e a escola na região, particularmente na área em questão. Recorrem-se à observação do contexto estudado e aos depoimentos de professores, alunos e outros agentes, como testemunhas da história do espaço e da escola local no período dessa investigação. A constituição da escola, analisada por meio da pesquisa das representações passadas, aproveita as possibilidades oferecidas pela investigação dos relatos das lembranças:

A história oral é termo amplo, perpassa pela qualidade de relatos de fatos; fenômenos; acontecimentos e rotinas geralmente sem registro em outros tipos de documentos. O *trabalho de memória*, inerente à história oral conduz o *sujeito-que-narra* a reinterpretar o seu passado por recortes mediados pelo acúmulo de experiências; por sua visão de mundo; por seus valores e pro-

jetos orientados pelo tempo presente. Ou seja, o passado nunca é descrito de modo a saber-se o passado, mas a partir de uma visão particular e localizada de mundo – a *do sujeito-que-narra* – e com referência à sua contemporaneidade. (MEKSENAS, 2004, p. 1, grifo do autor).

Não somente o sujeito pesquisador, mas também o sujeito pesquisado é capaz de perceber a heterogeneidade do trabalho de memória. Tal fato contribui para que a história oral também possa ser um momento da tomada de consciência das contradições presentes no sistema escolar. (MEKSENAS, 2004, p. 9).

2 A COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO LOCAL

Alcança o século XIX a descrição do Oeste de Santa Catarina como território composto por pastagens, matarias, sobrelevando-se pinheiros e imbuiais. (EHLKE, 1973, p. 33-34). Os jesuítas foram os primeiros que tiveram contato com o “Sertão de Curitiba” e as “Chapadas da Vacaria.” (EHLKE, 1973, p. 38).

A ocupação da região no período 1830, ao final daquele século, obedecia a duas motivações correlacionadas: a predominância do domínio brasileiro na região, o que não impediria as sérias questões de limites, conforme seria observado com os pleitos da Argentina a partir de 1880, apontados por Heinsfeld.¹

Um amplo espaço do Oeste de Santa Catarina esteve situado à margem do domínio do estado até as últimas décadas do século XIX, o que permitia aos caboclos disseminarem-se pelo Meio-Oeste catarinense. A população cabocla permaneceu isolada nas matas do Meio-Oeste catarinense, na região de Ponte Serrada, por quase um século. Nas palavras de Renk², esses caboclos eram procedentes das conquistas dos Campos de Palmas, em meados do século XIX, do Erê, de São João e outras campinas menores, quando foram instaladas as fazendas de criar. São constituídos, dessa maneira, diversos pontos de irradiação, de onde ocorre uma propagação populacional periférica para além das campinas.

Os caboclos ocuparam parcialmente as áreas florestais, sobre as quais não ocorrera avanço das fazendas dos Campos de Palmas. A ocupação era rarefeita, sendo atividades desenvolvidas a agricultura em pequena escala e a ativida-

¹ HEINSFELD, 1996, p. 36 et seq.

² RENK, 1997, p. 9 et seq.

de extrativa. A ocupação ocorre no intervalo dos dois movimentos migratórios (RENK, 1997, p. 9), 1840-1930, na última zona para o avanço do povoamento caboclo, precursor nessa área do Meio-Oeste catarinense.

O caboclo, na sua formação mais geral, abarca a miscigenação entre brancos, índios e negros, contudo a abrangência da definição não se pode conter em categorias estanques. O modo de vida pode ser o grande caracterizador da classificação pretendida. O modo de vida, a agricultura em pequena escala e a atividade extrativa foram estabelecidos de modo muito particular nas florestas situadas nesse espaço à meia distância na região Oeste, referenciadas como “terra de ninguém”, em virtude da condição de ocupação esparsa até as primeiras décadas do século XX.

A região de florestas, recém-visitada por incursões ao final da terceira década do século XX, causava assombro, permanecendo as referências ao “sertão bruto” na impressão dos representantes oficiais que avistavam essa parte do Oeste catarinense. Embrenhar-se por essas áreas de mata significava perder o contato com o mundo. (D’EÇA, 1992 apud NODARI, 1999, p. 17).

A reprodução do modo de vida da população antiga, que sustentava a única ocupação permanente, representada pela comunidade de caboclos nas matas da região até a década de 1930, havia sido estabelecida de um modo autônomo, distante das atenções oficiais e da inclusão da região no âmbito das ações públicas para o contingente. Assim, também a educação permaneceu até as últimas décadas do século XX, sendo conduzida na convivência da família e com o grupo que constituía a comunidade.

Outro povoamento ocorreu nas primeiras décadas do século XX, por meio do processo de ocupação com colonos de origem européia, preponderando descendentes dos italianos do Rio Grande do Sul. A transferência da descendência ítala para as florestas do Oeste catarinense ocorreu como resultado do modelo da colonização anterior, no Rio Grande do Sul, baseado em pequenos lotes rurais. Essa forma de ocupação teve sua limitação alcançada decênios depois do início da colonização pelas partilhas de herança e esgotamento do solo. Grande parte do excedente populacional, sem ter espaço próximo disponível para colonização, migrou para o Meio-Oeste catarinense, onde renascia a possibilidade da construção do sonho de fazer fortuna na América – *far la Mérica*. (RADIN, 2000, p. 75).

Conduziam o movimento de instalação dos contingentes de migrantes os interesses das empresas colonizadoras e do estado catarinense, voltados a apro-

veitar o potencial de produção de excedentes que, segundo se concebia, estava comportado nos moldes do trabalho dos descendentes de italianos. A implantação dos núcleos iniciais no Meio-Oeste se expandiu com a instalação de linhas, por meio da demarcação dos lotes coloniais. Estes caracterizavam o modelo de produção calcado na pequena propriedade agrícola e na policultura. (PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, 1939, p. 2).

A consolidação de um conjunto de relações sociais que passaram a existir como instituições com a nova ocupação do território Oeste foi constituída e sustentada pela predominância de um grupo social. Esses arranjos das relações sociais permitiram figurar a produção de condições desiguais entre o conjunto da população, formada por grupos com trajetórias distintas. Essas populações estavam submetidas a uma nova lógica social e, utilizando-se de poucos recursos, procuravam atender à necessidade que sobrevinha: a produção da própria existência que haveria de se concretizar na manutenção e reprodução da unidade familiar.

Para aqueles que passavam a dedicar o esforço do trabalho na nova terra, repetia-se um conjunto de adversidades a ser enfrentado. Do período de 1920 a 1970, fazem-se comuns os relatos das atividades descritas, com o sacrifício dos integrantes das famílias que buscavam alcançar as condições para a permanência no Meio-Oeste catarinense:

Porque quem fazia roça, quem derrubava as imbuia, os pinheiros a machado, era a falecida mãe. E ele [pai] trabalhava [...] e daí os filhos também haviam [...] já começaram trabalhar com ele lá, que era o falecido João, o falecido Domingos e o Avelino. (BAZI, 2004, p. 2).

A atividade descrita para transformar parte do espaço em área agrícola multiplicava-se pelas famílias que chegavam às glebas recém-delimitadas e comercializadas pela empresa Ângelo De Carli, proprietário da Fazenda Ressaca. “Devagarzinho, ‘a muque’, porque era tudo ‘no muque’. Não tinha nada. Enxada, e alguns tinha arado; outros tinham que carpir. Tudo assim.” (BAZI, 2004, p. 7).

3 A ESCOLA BRASILEIRA E A CATARINENSE

Passadas três décadas do século XX, a escola brasileira estava próxima de ter um novo impulso em sua constituição. Como ponto determinante, a guinada política na entrada dessa nova década representou um maior distanciamento do

modelo agrário, e uma orientação maior para a industrialização que já comandava grande parte da agenda voltada ao progresso e ao desenvolvimento. Com a nova ordem imposta pelo governo Vargas em 1937, centralizava-se o direcionamento das medidas econômicas, promovendo um plano voltado ao desenvolvimento, que tomou forma como nacionalismo econômico, operando um novo impulso para a produção industrial.

A década de 1930 configurava a inserção da escola no ciclo que se revelou muito distinto do anterior. A escola assumia, então, os traços de um período que se revelava conturbado e marcado por transformações profundas na sociedade e na economia brasileira. Assim descreve Chagas (1980, p. 40, grifo do autor), identificando a constituição dessa escola:

Longe, porém, de constituir um fenômeno isolado, a construção dessa *escola brasileira* insere-se na perspectiva de todo o desenvolvimento nacional, que se tornou cada vez mais nítido em seguida à Revolução de 1930. Assim, à maneira do que ocorreu em outros campos, ela surge como efeito e causa do mesmo processo de transformação, econômico-social em que passamos de uma organização agrária, artesanal e pré-capitalista para a estrutura tecnológico-industrial que dia a dia se firma e intensifica.

Com a afirmação dessa nova fase, até a década de 1950, o conjunto dos fatores de expansão da economia brasileira formou um quadro que demandava o reposicionamento da qualificação dos trabalhadores. Nesse período:

[...] a importação se concentrou em máquinas, técnica e técnicos, capitais e até indústrias inteiras que para cá se transferiram. Já se pensava em descentralização do parque industrial, embora a falta de mão-de-obra qualificada, de energia e de mercado não permitisse que tal ocorresse em proporções significativas. (CHAGAS, 1980, p. 41).

As alterações posteriores a 1930 se estenderam à realidade de diferentes localidades. Nesse período, a mesma dinâmica já pôde ser percebida na região do Meio-Oeste catarinense. Nesse novo cenário, constituía-se a escola, cuja presença somente teria afirmação ao final de três décadas.

O sistema de ensino do estado brasileiro adentrava a década de 1930 por intermédio da reforma Francisco Campos, que implicaria em um reposicionamento gradativo da escola para uma adequação do saber regular diante das gran-

des questões nacionais, como se mostrariam as imposições a que esteve submetida a instituição, quando na década de 30 se redesenhava o projeto nacionalista de desenvolvimento para o país.

De fato, afirma Romanelli (1985, p. 136) que o caráter elitista da reforma não estava voltado:

[...] para um contexto social que começava a despertar para os problemas do desenvolvimento e da educação, numa sociedade cuja maioria vivia na zona rural e era analfabeta e numa época em que a população da zona urbana ainda não era totalmente atingida, nem sequer pela educação primária.

Esse cenário, em que eram inseridas as medidas posteriores a 1930, mostra que estas seriam ainda muito distantes para produzir uma expansão adequada, do ponto de vista de um atendimento satisfatório para o ensino, a iniciar pela instrução primária, e de promover a qualidade da escola em regiões ainda desconhecidas da ação pública, como o ponto central que dividia o Oeste catarinense.

De forma geral, as formulações para o ensino, ou algum efeito benéfico da educação pública nacional permaneciam numa realidade praticamente desconhecida, como consequência de que, “[...] para o ensino primário, o crescimento se fez praticamente à margem da ação federal [...]” (CHAGAS, 1980, p. 50).

A partir de meados da década de 1950, durante o governo Juscelino Kubitschek, a educação voltava a sofrer com a falta de decisões e definições que aperfeiçoassem as políticas em andamento e que possibilitassem avanços para a educação. Mesmo a instrução elementar estava relegada ao segundo plano nesse período.

Na verdade, a erradicação do analfabetismo, em especial, bem como a discussão de questões ligadas à educação em geral não foram consideradas prioritárias pelo Governo. A incorporação modesta da educação no Plano de Metas (uma em trinta) se fez na perspectiva de que ela seria fator de crescimento econômico, aumentando a produtividade do trabalho. (DANIEL, 2003, p. 18).

Em Santa Catarina, desde o período de 1910 a 1914, durante o governo Vidal Ramos, houve o estabelecimento de um importante conjunto de medidas responsáveis por organizar a educação. Isso se refletiu nas preocupações que compoñham o governo que, em 1911, promoveria um esforço de mobilização

administrativa da educação, inclusive aproveitando as experiências mais avançadas como as de São Paulo, para elaborar uma consistente reforma e reestruturar a educação do estado. Essa nova disposição refletia as circunstâncias de um período em que se “[...] considerava o analfabetismo como sendo o grande mal, e a instrução, indispensável ao exercício integral dos direitos do regime democrático.” (PEREIRA, 2004, p. 78).

Essas novas determinações marcaram um divisor na história da educação catarinense, particularmente a Reforma da educação coordenada por Orestes Guimarães, responsável pelo sistema de educação do estado de São Paulo, que chegava a Santa Catarina por meio da repercussão dos resultados de sua competência. Essas realizações motivaram a decisão do governador, de que seria o homem certo para organizar a educação no estado. A Reforma realizada em 1911 veio preencher a necessidade de definição dos rumos da educação catarinense e de promover uma maior articulação entre as ações voltadas à escolarização.

A década de 1930 apresentou uma enorme propulsão para o desenvolvimento econômico e social e, como resultante da nova correlação política, expectativas de abertura para a construção de alternativas para a ação educacional. Até a década de 1950, surgiriam novas idéias a respeito da escolarização, apoiadas no novo momento político e no contexto das mudanças econômico-sociais em curso no país. Contraditoriamente, Santa Catarina caracterizava-se por práticas tradicionais oligárquico-coronelistas que, nesse período, em efetividade, sobrepujaram-se ao projeto de modernização virtualmente pretendido pelo Estado Novo. (NOBREGA, 2005, p. 9).

4 A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA

No Rio Grande do Sul, a escola de origem italiana seria composta por estruturas diversificadas de ensino introduzidas com os novos povoamentos. “[...] havia escolas particulares italianas, escolas italianas apoiadas pelo governo italiano e escolas paroquiais italianas.” (KREUTZ, 2000, p. 167).

Na zona rural do estado gaúcho, onde se desenvolveu a experiência que antecedeu o deslocamento da comunidade para o Oeste catarinense, havia ocorrido uma longa experiência com as escolas particulares. Nesse cenário, já eram conhecidas algumas reivindicações dos habitantes da comunidade ítala, buscando amparo das esferas do estado na organização do ensino e na ampliação do número de escolas.

Foram abertas em lugares mais isolados, onde não havia escola pública, não tinham vínculo nem com associações italianas nem com o governo italiano. Nos primeiros anos funcionavam na casa do professor, depois passou a haver uma participação maior da comunidade através da construção de instalações escolares e do pagamento do professor. No entanto, não se tinha entre os imigrantes italianos a perspectiva de enfatizar escolas étnicas. Eles faziam insistentes pedidos ao governo em favor de escolas públicas para que os alunos aprendessem o português, para que tivessem uma adaptação mais rápida, possibilitando melhores relações sociais e comerciais com o novo contexto. (KREUTZ, 2000, p. 167).

No Oeste catarinense, nas décadas que se seguiram a 1920, período em que se formavam os novos agrupamentos humanos, os espaços de ensino necessitaram, em muitas ocasiões, da iniciativa e manutenção por parte da comunidade. O descaso do governo do estado era um dos grandes problemas enfrentados pelos migrantes que se estabeleceram em toda a região Oeste de Santa Catarina. O abandono no atendimento por parte do poder público envolvia todas as esferas, inclusive a educação.

As empresas que operavam, implementando a comercialização das terras com a população migrante e implantando seus negócios na indústria, mantinham um esforço em atender a elementos essenciais e que eram encontrados na comunidade da procedência migrante. As empresas forneciam algumas condições para o estabelecimento de uma organização inicial, inclusive no campo do ensino.

Os registros que tratam da escola, que passara a funcionar onde iniciava o povoamento por migrantes italianos na zona intermediária do oeste, descrevem sua instalação somente quando havia transcorrido vários anos da visita do governador Adolfo Konder. “A 16 de fevereiro [1932] começou a funcionar, por conta da empresa (sic) [colonizadora], uma escola particular cuja matrícula teve um número reduzido: 20 alunos.” (PARÓQUIA SANTO ANTONIO DE PÁDUA, 1939, p. 6). As longínquas e inacessíveis áreas desafiavam a organização da comunidade:

No início não tinha [escola]. Tinha só aqui. Daí, vim de lá aqui? Só de a cavalo. Não tinha carro. Depois que formaram a escola de São Luis. Por causa do Madaloso. A firma, uma potência. Então, a empresa Madaloso, já deu pra ir por esta es-

trada. E lá, daí, formaram escola e tudo. [...] Madeireira. Tinha não sei quantas fitas. Ih. Tirou todo o pinhal que tinha ali, daí foi embora. Viu o que é que é? Tirou tudo o que é bom. Agora, podem ficar. Daí os outros venderam os nós. (PEDRETTI, 2004, p. 6).

Gradativamente, a comunidade concebia a necessidade de uma aproximação e participação da instituição escolar que passava a ser erguida. O esforço que faziam as famílias que conduziam as crianças à escola também se pronuncia por meio das funções que auxiliariam a exercer o domínio do aprendizado essencial, mediante educação transmitida.

Por que eles achavam importante aprender a ler e escrever?
M. N. – Porque a gente precisava pra fazer um documento. Se precisava assinar algum documento, se era pra fazer um negócio, pra fazer alguma coisa. A gente tinha que saber fazer conta, escrever e ler, que foi o que eu aprendi. Só. E, mais do que isso até nem precisa, né? (NAIBO, 2004, p. 6).

A constituição de um sistema escolar na área intermediária do Oeste catarinense apresentou como característica, portanto, uma sofrível experiência desde a criação, expansão e consolidação do atendimento ao ensino primário. As poucas escolas apresentavam muito improvisado, e parte de seu funcionamento era mantido contando com alguma participação espontânea dos proprietários de negócios, o que se verificava, também, com as madeiras que estavam instaladas no interior e com o esforço de parte dos habitantes da comunidade.

A colonização implantaria também a infra-estrutura particular e pública, com a construção de escolas, igrejas, clubes, casas de comércio e pequenas indústrias, que potencializariam, em capital, o que a região oferecia, visto que isso simbolizava o avanço civilizatório. (RADIN, 2006, p. 11).

A dinâmica em curso, desde a segunda década do século XX, apresentava além do característico assentamento das famílias migrantes nas pequenas propriedades rurais. Estava presente uma complementaridade, com a instalação de um conjunto de processos sociais e econômicos que transformariam a região.

5 O EXTRATIVISMO INDUSTRIAL E A ESCOLA

A civilização e o progresso no amplo sertão consistiam características distantes de serem alcançadas sem a modificação da região pela retirada das florestas, que avançava com as transformações implantadas no Oeste de Santa Catarina, em meados do século XX. A economia extrativa tomou grande projeção com as alterações econômicas ocorridas em decorrência da Segunda Guerra Mundial. De outra parte, era incentivada pelo estado a criação de empresas colonizadoras com atividades econômicas industriais. De acordo com os depoimentos recolhidos no decorrer da pesquisa, o conhecimento da realidade do então espaço colonial e pelas conversas informais com protagonistas do período de colonização, quando o retorno financeiro com a atividade madeireira tornou-se economicamente interessante, foram muitos os interessados que implementaram a atividade das serrarias, com investimentos modestos ou consideráveis. Toda a colônia foi atravessada por aquela atividade extrativa.

Como é que vai tirar um caboclo do terreno, se ele pra sair de casa tinha um pinheiro na porta? Do outro lado tinha uma canela? Então teria que ajudar; fornecer máquinas, com ferramentas de corte, adubos, etc., aí ele ia fazer a propriedade dele, ele não tinha nada disso. [...] Naquela época, não se trabalhava com máquinas, então uma família de cinco a seis pessoas queriam um terreno de uma colônia de terra; dez alqueires. Faziam a pequena propriedade ali, faziam colheita de milho, cultivavam um pouco de erva-mate. Esse modelo foi acertado, pois colonizou bem, desbravou bem toda essa região. O que atrapalhou, depois, foram os madeireiros que começaram a procurar os colonos e a derrubar toda a madeira nativa e não replantando. Cortavam, não replantavam e iam embora. Mas os colonos se sentiram bem, pois, assim, podiam plantar mais. Foi aí que surgiram as primeiras máquinas. [...] As primeiras serrarias que foram colocadas aqui foram instaladas para poder aproveitar as madeiras das terras e poder colocar o colono. Quando ele vinha era coberto de mata nativa. Então tinha que derrubar e levavam para as serrarias; davam a madeira para os colonos construir as casas, e a parte que sobrava eles levavam para Lages, para o Rio Grande, pela estrada de ferro. Estas foram as primeiras. Depois, as pessoas que foram adquirindo lotes com a madeira em cima acabaram criando outras serrarias. Chegaram a ter 58 serrarias que eu registrei quando eu vim para cá. Eram serrarias enormes que serravam madeira em

grande quantidade para levar; então foi muito pinheiro daqui, milhões e milhões de metros cúbicos de madeira. Primeiro começou a ser derrubado o pinheiro, depois, com a escassez do pinheiro, começaram a retirar outras madeiras, como a imbuia – madeira nobre, a canela lageana, o angico [...] Aí começaram a vir as firmas de móveis e se interessar por estas madeiras. [...] Não aplicaram nada aqui, a maioria do dinheiro foi embora. Era levado para Caxias e colocado lá. Quase nada ficou aqui. (LUNARDI, 2005, p. 2-5).

A atividade econômica das madeireiras, iniciada de maneira incipiente na década de 1940-1950, experimentou uma aceleração no ritmo da produção. No povoamento do Meio-Oeste, desde a operação que envolvia as colonizadoras na extração vegetal até as instalações voltadas exclusivamente à exaustão da floresta, realizou-se sistematicamente a retirada de uma diversidade de lenhos valiosos.

Constata-se que a pouca dinâmica existente na economia extrativa da madeira, que marcou a presença inicial da atividade madeireira, deveu-se ao reduzido comércio desse tipo de produto, principalmente no que diz respeito ao mercado colonial consumidor, situado mais proximamente, que ainda não demandava grande quantidade do material beneficiado. Por outra parte, os processos iniciais de transformação da madeira eram bastante rústicos e demandariam investimentos de capitais obtidos em outras atividades, para o incremento da produção e da melhoria das características da madeira serrada. Nesse sentido, houve investimentos de recursos de empresários de origem italiana e germânica de Chapecó e Joaçaba, no momento em que se vislumbrava um melhor mercado e a possibilidade de exportação.

As áreas que até então estavam sob o controle da companhia tiveram os recursos naturais explorados imediatamente; isso, particularmente, quando a empresa colonizadora tomou parte nas atividades de extração e processamento da madeira. Outras grandes áreas foram adquiridas com a colonizadora, ou sofreram um processo de concentração nas mãos dos agora empreendedores do setor madeireiro. Muitos desses empresários eram migrantes do Rio Grande do Sul, oriundos de atividades empresariais nos municípios de Chapecó e Joaçaba, onde havia incrementado ainda mais o capital já acumulado.

As áreas comercializadas aos colonos sofreram o mesmo processo de devastação das matas. Pelas informações recolhidas, a madeira chegava a não representar custo para os proprietários das serrarias. Também existiu uma relação

na cedência da exploração da madeira do lote colonial, com o fato de arrastarem-se as dívidas contraídas por ocasião da compra daquela área.

Os empresários que se ocupavam da delimitação e divisão das áreas para venda não tinham em vista somente a comercialização de terras. (JOAÇABA, 1925). Seus negócios eram pensados mais amplamente e apresentavam disposição de explorar outras possibilidades.

Os caminhões da firma servia também para transporte das madeiras, escoar as toras para fora da mata era este o trabalho das empresas colonizadoras. Tanto a Mosele, de Concórdia, como a Angelo De Carli, aqui em Ponte Serrada e ali na fazenda do Irani, que mais tarde a colonizadora comprou. [...] Uns criavam uma serraria que era explorada por uma parte dos sócios, outros exploravam erva-mate, e outros pegavam os dividendos e outros eram empregados, ganhavam pelo trabalho. (LUNARDI, 2005, p. 1-13).

A passagem de um formato de produção a outro como parte não só da continuidade, mas da sobreposição entre os processos de instauração das novas zonas coloniais no Oeste e a transferência de tecnologia industrial para a região estiveram presentes em acontecimentos, envolvendo os mesmos integrantes das movimentações ligadas aos negócios iniciais correlatos às atividades de colonização.

A composição da sociedade proprietária da Empresa Ângelo de Carli & Cia incluía o nome do empresário Galeazo Paganelli como integrante na sua formação, em 1925. O processo inicial de demarcação dos lotes a serem vendidos, o estabelecimento da propaganda no Rio Grande do Sul e a efetivação de um volume estável de vendas dos espaços loteados alcançaram a década de 1930 e, em 1939, o antigo sócio deixa a empresa que passa a recompor, com outro grupo, o comando dirigente. (JOAÇABA, 1939). No ano de 1940, o anterior proprietário integrante da empresa de colonização compõe o núcleo dirigente de outro empreendimento (VARGEM BONITA, 2005), fazendo parte, agora, do grupo que investe na indústria de alta tecnologia em transformação não-convencional da madeira.

No dia 6 de setembro fui viajar para Campina da Alegria, sede d'uma grande fábrica de celulose, no Rio do Mato. Lá está se formando uma nova sociedade da capela de Nossa Senhora da Aparecida sob o vice presídio do Sr. Alfredo Friderizi, do Sr. Gerente da dita indústria. (PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, 1943).

O processo de obtenção de celulose e sua integração à produção do papel na própria unidade fabril significavam que as inovações de porte das indústrias de países avançados encontravam-se em plena fase de aporatar no Brasil e, para o grupo que investia nesse capital, uma outra potencialidade enorme para a comercialização de produtos de maior valor, diretamente a grandes compradores do país.

A entrada de estruturas manufatureiras de grande porte na região solidificava a abertura extrativista empreendida até então, por meio de atividades e processos de mecanização de complexidade crescente, capazes de promover uma intensa exploração das matérias-primas disponíveis. De modo surpreendente, crescia a robustez e a tecnologia das instalações que tiveram como destino o Meio-Oeste. O processo iniciado na década de 1930 seria complementado na década de 1940, quando modernos aparatos que utilizavam as descobertas dos pioneiros industriais da Europa do final do século XIX já aportavam no Brasil e teriam como um dos pontos de operação esse espaço do Oeste catarinense.

A celulose Irani, por exemplo, veio para cá com um grupo da colonizadora Cruzeiro, era um grupo de Caxias, então eles cederam esse terreno enorme, centenas de colônias cobertas de pinheiro, para eles vir e colocar a celulose aqui. Então eles vieram, se instalaram aqui no mato e desbravou bastante. Olha que uma indústria, aqui, no meio do mato, foi uma coisa de muito sucesso. (LUNARDI, 2005, p. 8).

A transformação do processo educativo e a organização escolar que chegaria aos últimos espaços do Meio-Oeste, superando a concentração das políticas situadas entre o Litoral e o Planalto catarinense, acompanhavam o movimento que tomava curso na região. É elucidativo o depoimento em seqüência, para verificar o sentido das transformações que ocorriam a partir da transferência, desde a década de 1920, de uma parte da sociedade que havia se constituído no Rio Grande do Sul. Juntamente com as providências para ocupação, visando garantir o domínio na região e o anúncio da disposição de “civilizar” o espaço hostil, estavam em curso processos desencadeados a partir da iniciativa dos grupos econômicos organizados, sustentados pelo acúmulo de grandes montas em seu local de origem:

O que teria então determinado o progresso, no seu ponto de vista?
A. L. – Eu acho que foi mais o interesse econômico, dos senhores que tinham dinheiro no Rio Grande, que vinham investir

aqui, para colocar a celulose, aproveitar a madeira, fazer vendas. Esse interesse econômico é que trouxe o progresso para cá. Aí o governo aproveitou essa coordenação do interesse econômico e o governo e ajudou a abrir estas coisas aí. (LUNARDI, 2005, p. 9).

A forma definitiva desse novo potencial econômico-industrial instalado modificava, também, as relações sociais da região, tomando parte como fator decisivo para a formação de núcleos populacionais, organização que cresceria progressivamente em importância para as parcelas populacionais movimentadas para a região e para o conjunto da sociedade em formação.

A relação dos novos processos com o surgimento de outros agrupamentos humanos, em meio ao espaço pouco explorado do Meio-Oeste, produziria, também, parte das condições da organização da comunidade e da instituição escolar.

Foram surgindo comunidades no interior?

A. R. P. – Foi, mas hoje não existe mais, que nem aquela ali em cima no campo, que era daquela firma que, não era Zotti [...] era os polacos. Uma firma muito grande. Colocaram no meio do pinhal, ali, com uma fita grande e foram fazendo tudo. Daí, ali na Farroupilha, então eles formaram tudo: escola, Igreja. Foram esses ali que trouxeram professor não sei da onde. Lá tinha escola boa, mas eles vinham tudo de fora. (PEDRETTI, 2004, p. 7).

Nos aglomerados, onde se encontravam as famílias envolvidas pela atividade extrativa, as poucas escolas apresentavam muito improvisado, e parte de seu funcionamento era mantido com alguma participação espontânea dos proprietários de negócios, o que se verificava também com as madeireiras que estavam instaladas no interior e com o esforço de parte dos habitantes da comunidade.

6 CONCLUSÃO

Além do entrecruzamento do processo de ocupação, industrialização e escolarização, ocorrido na região Oeste de Santa Catarina, no período de 1930 a 1960, outra constatação decorre da complementaridade resultante entre uma diversidade de atividades desenvolvidas, por meio do trabalho tradicional, realizado com preponderância nas primeiras duas décadas da comunidade migrante italiana implantada, e os processos de transformação da natureza, ampliados no momento subsequente, a partir da década de 1940. Por intermédio do grande ca-

pital, implantavam-se mecanismos elaborados de produção, desenvolvidos para utilização e exaustão da massa vegetal nos processos industriais.

Concretamente, as modificações que passava a sociedade apresentaram, na implantação das primeiras unidades mecanizadas de processamento na região, um fator impulsionador da continuidade e ampliação das comunidades e, em meados do século XX, atendeu em muitos aspectos ao quadro das necessidades, que eram demandadas em torno das prementes carências na organização da escola.

Ambient aspects of the Middle West of Santa Catarina and the constitution of the local school (1930-1960)

Abstract

Through an analysis that has left of the decade of 1930, this work searches to recoup some aspects that they involved the natural resources in the situated area between the medium and the extreme west of Santa Catarina and the activities of exploration that if had constituted. For the exploration of the bordering area it enters the old cities of Chapecó and Joaçaba, introduced in this space a economic population and activities with new characteristics. The installation of the Italian descent of the Rio Grande Do Sul took place in way the old backwoodsman habitation. In some decades, the alterations of the natural composition of this space had been intensified, over all with the implanted activities of the extraction in middle of century XX. The analysis used the memories registered for a parcel of the on population to the initial context of education, or its descent, and documents of the time. In middle of century XX the west of Santa Catarina accused to consequences it process occurred in Brazil in the previous decades, with the transformations of the ticket of an agrarian model for an increasing projection of a process urban-industrial. The model of production in course in the middle west of Santa Catarina started to modify the previous landscape intensely, being the vegetal extraction support for the implanted economic activities, the establishment of social groups e, for result, of the education spaces, still that of incipient form. Allied to this possibility of exhaustion of the natural species, the negative representations of the forests of the west had remained as important substratum for uninterrupted activities of the extraction until the end of century XX.

Keywords: Environment. Constitution of the school. Middle West of Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

BAZI, Assunta. **Os aspectos ambientais do Meio-Oeste e a constituição da escola local (1930-1960)**. Entrevistador: Claudiomar Andrades. Ponte Serrada: set. 2004. Entrevista concedida à Pesquisa As araucárias e o bê-á-bá: aspectos ambientais do Meio-Oeste catarinense e a constituição da escola local (1930-1960).

CHAGAS, Valnir. **O ensino de primeiro e segundo graus: antes, agora e depois?** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

DANIEL, Leziany Silveira. **Por uma Psico-sociologia educacional: a contribuição de João Roberto Moreira para o processo de constituição científica da Pedagogia nos cursos de formação de professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940**. 2003. 163 p. Dissertação (Mestrado em Educação)–Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<http://150.162.90.250/teses/PEED0381.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2006.

EHLKE, Cyro. **A Conquista do Planalto Catarinense [1ª Fase]** – bandeirantes e tropeiros do “sertão de Curitiba”. Rio de Janeiro, 1973.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe – SC**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 1996.

JOAÇABA. **Junta Comercial** – Certidões das Sociedades proprietárias da empresa Angelo de Carli Irmão e Cia. Cruzeiro, colonizadora de Ponte Serrada, 1925. Acervo de Amantino Lunardi.

_____. **Junta Comercial** – Certidões das Sociedades proprietárias da empresa Angelo de Carli Irmão e Cia. Cruzeiro, colonizadora de Ponte Serrada, 1939. Acervo de Amantino Lunardi.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 15, p. 159-175, set./dez. 2000.

LUNARDI, Amantino. **Os aspectos ambientais do Meio-Oeste e a constituição da escola local (1930-1960)**. Entrevistador: José Carlos Radin. Ponte Serrada: mar. 2005. Entrevista concedida à Pesquisa As araucárias e o bê-á-bá: aspectos ambientais do Meio-Oeste catarinense e a constituição da escola local (1930-1960).

MEKSENAS, Paulo. História oral: professores e seus tempos de estudante. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: TRABALHO, CULTURA E PODER DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA, 10., 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Anpuh, 2004.

NAIBO, Maximina. **Os aspectos ambientais do Meio-Oeste e a constituição da escola local (1930-1960)**. Entrevistador: Claudiomar Andrades. Ponte Serrada: jan. 2005. Entrevista concedida à Pesquisa As araucárias e o bê-á-bá: aspectos ambientais do Meio-Oeste catarinense e a constituição da escola local (1930-1960).

NOBREGA, Paulo de. Fontes para uma história da educação brasileira: uma abordagem na longa duração (1890-1940). In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/28/textos/GT02/GT02-723--Int>>. Acesso em: 27 ago. 2006.

NODARI, Eunice Sueli. **A Renegociação da Etnicidade no Oeste de Santa Catarina [1917-1954]**. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA. **Livro Tombo**. Ponte Serrada, [1939]. 14 p. 2 v.

_____. **Livro Tombo**. Ponte Serrada, [1943]. 20 p. 2 v.

PEDRETTI, Alcides Reinaldo. **Os aspectos ambientais do Meio-Oeste e a constituição da escola local (1930-1960)**. Entrevistador: Claudiomar Andrades. Ponte Serrada: set. 2004. Entrevista concedida à Pesquisa As araucárias e o bê-á-bá: aspectos ambientais do Meio-Oeste catarinense e a constituição da escola local (1930-1960).

PEREIRA, Vera Regina Bacha. **Nacionalização** – Autoritarismo e Educação: inspetores e professores nas escolas catarinenses – 1930-1940. 2004. 281 p. Dissertação (Mestrado em Educação)–Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://150.162.90.250//teses,PEED0479.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2006.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro:** representações sobre a civilização do sertão. 2006. 200 p. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

_____. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste catarinense.** 2. ed. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2000.

RENK, Arlene. **A Luta da Erva** – um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973).** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

VARGEM BONITA. **História da Escola de Educação Básica Galeazzo Paganelli.** Vargem Bonita, 2005. Acervo da Escola de Educação Básica Galeazzo Paganelli.

